



Parecer Técnico de LAS nº 4015/2021

Este parecer refere-se à solicitação de licenciamento ambiental em caráter corretivo do empreendimento MPC Indústria e Comércio Ltda., CNPJ n.º 00.967.184/0001-63, localizado na o imóvel denominado Ribeirão do Eixo, S/N, no município de Itabirito/MG., na modalidade de LAS/RAS, classe 2, critério locacional 1, para a atividade “A-02-07-0 - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento”, com produção bruta de 50.000 t/ano.

O processo administrativo foi formalizado em 12/08/2021, por meio do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA n.º 4015/2021 e indexado ao Processo SIAM n.º 01236/2002.

Em consulta a Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE Sisema em 01/02/2021 verificou-se que incidem os seguintes critérios locacionais previstos no anexo único da Deliberação Normativa COPAM n.º 217/2017 na área onde o empreendimento se localiza:

- Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”, exceto árvores isoladas;
- Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas;
- Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.
- Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas.

Os responsáveis técnicos que elaboraram o RAS concluíram que devido ao porte e potencial poluidor do empreendimento, a possibilidade do aumento do incremento potencial dos riscos à Reserva da Biosfera será praticamente nula, haja vista que a nova estrutura não demandará de:

- i) utilização de recursos hídricos;
- ii) de supressão de vegetação; e
- iii) já se encontra implantada e pronta para operação.

Que com a implementação das medidas de controle descritas no RAS, os impactos serão pontuais e de baixa magnitude, fazendo com que as atividades desenvolvidas não afetem as Reserva da Biosfera.

Com argumentos similares os responsáveis técnicos pelo RAS, inferem e que não haverá impactos na Unidade de Conservação.

Também foi apresentado estudo de prospecção espeleológica no qual foi reportado que observando-se as zonas de potencialidades pré-definidas não foi constatado a ocorrência cavidades e/ou feições cársticas .



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD / Feam n.º 3.086/2021

Em razão das dúvidas sobre a aplicação do critério locacional referente a supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”, exceto árvores isoladas, por meio do Ofício FEAM/GAB nº. 113/2022, Processo SEI 2090.01.0001827/2022-18, foi feita consulta a Superintendência de Regularização Ambiental - SUARA que além de outras questões emitiu orientação pela não incidência desse critério locacional no caso concreto, a qual transcrevo parcialmente.

“No que se refere ao critério locacional “Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica ‘extrema’ ou ‘especial’, exceto árvores isoladas”, de peso 2, segundo a DN Copam nº 217, de 2017, foi informado que o empreendedor obteve o DAIA n.º 37.281-D de 2019 que está vigente até 28 de agosto de 2023. Foi informado, também, que não haverá nova intervenção que não esteja contemplada pelo DAIA emitido. Ressalta-se que embora o DAIA tenha sido emitido na vigência da DN 217, de 2017, não é solicitada informação e nem existe incidência dos critérios locais para emissão deste ato. Portanto, não pode ser avaliado critério locacional sobre uma supressão já avaliada e autorizada.”

Para subsidiar a análise do requerimento de licença ambiental e a elaboração desse parecer foram juntados no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA os seguintes documentos:

1. Portaria de Outorga n.º 1309709/2019 válida até 30/11/2029;
2. Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico n.º 0000262045/2021 com validade de 3(três) anos;
3. Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR;
4. Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);
5. Comprovante de propriedade;
6. Publicação de Requerimento de Licença pelo Órgão Ambiental;
7. Concessão de lavra do Processo ANM n.º 832.665/1995;
8. ART do profissional Marlon Washington da Silva;
9. Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
10. Documento autorizativo para intervenção ambiental – DAIA n.º 37.281-D;
11. Estudos referentes aos critérios locais localização em Reserva da Biosfera, zona de amortecimento de unidades de conservação e em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.



Figura 01– Vista do empreendimento e da sua localização em relação ao entorno imediato.

Complementarmente as informações que constam do SLA e no RAS, mediante requisição, foram apresentados os seguintes dados, documentos e projetos:

1. Arquivos digitais a respeito dos limites do empreendimento, áreas protegidas e de intervenção;
2. Comprovante de protocolo da compensação minerária e esclarecimentos sobre a abrangência do DAIA;
3. Justificativas a respeito dos critérios locacionais adotados;
4. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
5. Esclarecimentos a respeito do regime de operação do empreendimento;
6. Esclarecimentos a respeito da origem e uso dos recursos hídricos;
7. Anotação de responsabilidade técnica do(a)s profissionais Flavia Peres Nunes e Felipe Cruz Figueiredo;
8. Manifestação do superficiário da área onde é feita a captação d'água;
9. Declaração de uso do solo expedida pela Prefeitura de Itabirito; e
10. Declaração de movimentação de resíduos -DMR.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD / Feam n.º 3.086/2021

O empreendedor é titular do processo ANM n.º 832.665/1995, com área de 216,9 hectares, outorgado para as substâncias minerais filito e caulim, em fase de concessão de lavra.

O empreendimento possui área total de 31,78 ha, área diretamente afetada – ADA de 2,66 ha, área de lavra de 1,5 ha, área construída de 900m² e operara com seis funcionários sendo 4(quatro) no setor produtivo e 2(dois) administrativos, em turno único de 8(oito) horas/dia, 5(cinco) dias/semana e 12 meses/ano.

Foi informado que a estimativa de produção líquida mensal será de 8.333 toneladas de filito, que a capacidade instalada é de 12.000t/mês, a reserva mineral foi cubada em 4,45 milhões toneladas e vida útil de 50 anos.

Para suportar as operações de lavra, foi emitido o DAIA n.º 37.281–D, vigente até 2023, para supressão de vegetação do Bioma Mata atlântica, fitofisionomia campo, numa área de 1,5 hectares, rendimento lenhoso de 1,0m³.

Não foi requerida ou autorizada intervenções em áreas de preservação permanente.

Foi informado que para o desenvolvimento das atividades de extração mineral não será necessária nova supressão de vegetação nativa ou intervenção ambiental além do que já foi autorizado no DAIA n.º 37.281–D. Esse parecer não autoriza qualquer tipo de supressão de vegetação ou intervenção em área de preservação permanente.

A lavra ocorrerá em meia encosta, com desmonte mecânico, com percentual de recuperação de 100%, sem beneficiamento ou geração de rejeitos no local, com a exceção da camada superior do solo “*top soil*” que será armazenada em pilhas para utilização na recuperação das áreas já mineradas.

O método utilizado é o de lavra a céu aberto que consiste essencialmente no corte do material rochoso horizontalmente em degraus descendentes, em curva de nível e meia encosta, à medida que a lavra vai se desenvolvendo a cava vai tomando forma de anfiteatro com configuração final aberta.

O corte do material rochoso é realizado horizontalmente em degraus descendentes, em meia encosta e em curva de nível, aumentando a estabilidade dos taludes e evita formação de focos erosivos. Ao final do processo de lavra, quando a mina for exaurida, o requerente se comprometeu a implantar as medidas propostas no processo de DAIA, bem como, promover a revegetação do local e entorno utilizando a camada superficial de solo que contém sementes das espécies naturais que foi armazenada para este fim. Esta medida visa minimizar os impactos originados pela intervenção realizada recobrando os taludes finais dos bancos de lavra.

O desmonte do material mineral é realizado por escavadeira que deposita o filito diretamente nos caminhões basculantes que transportam e descarregam no local de beneficiamento e estocagem, localizado fora da área de lavra, sendo que o todo material lavrado é retirado diariamente no imóvel, evitando acúmulo desnecessário.

Foi informado que se encontram instaladas canaletas de drenagem de água pluvial direcionadas para bacia de decantação de sólidos – “SUMP” evitando carreamento de material para áreas de cotas mais baixas do terreno



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD / Feam n.º 3.086/2021

Os equipamentos de lavra listados para o empreendimento são 2(dois) caminhões basculantes, 1(um) trator de esteiras e 1(uma) pá-carregadeira.

Foi informado que não haverá oficina de manutenção de equipamentos e veículos no empreendimento, como também não haverá unidade de abastecimento de combustíveis.

A utilização de recursos hídricos se resumirá ao consumo humano (sanitários e refeitório) e aspersão de vias. Foi reportado que a água para consumo humano será proveniente de caminhão pipa, e a de aspersão de vias será coletada em bacias de contenção.

Consta do RAS que os efluentes sanitários e do refeitório em razão do pequeno volume de geração, serão armazenados em tanque séptico sem deflúvio para posterior destinação a empresa de tratamento dos efluentes e do lodo contido.

Para o controle das emissões atmosféricas decorrentes da operação dos equipamentos e tráfegos de veículos serão realizadas manutenções preventivas ou corretivas nos equipamentos, como também a aspersão das vias e do pátio de carregamento de manobras.

Os resíduos sólidos gerados no escritório, refeitório e sanitários serão armazenados em local coberto e destinados para a concessionária municipal de Congonhas, e o efluente líquido e lodo produzido na fossa séptica será coletado e destinado para a empresa de tratamento de resíduos.

Não ocorrerá intervenção em área de preservação permanente para continuidade da atividade de extração mineral na propriedade, e segundo o site IDE-Sisema, o local não apresenta risco de movimento de massas e nem risco de movimento de filito.

Este parecer foi elaborado e fundamentado pelas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), e sugere o deferimento da Licença Ambiental Simplificada para a atividade “E-02-02-1 - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento”, para o empreendimento MPC Indústria e Comércio Ltda., CNPJ n.º 00.967.184/0001-63, localizado na o imóvel denominado Ribeirão do Eixo, S/N, no município de Itabirito/MG., na modalidade de LAS/RAS, classe 2, pelo prazo de validade de 10(dez) anos, vinculado ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de termo licenciamento a ser emitido.

Considerando a condição do empreendimento, solicita-se o encaminhamento desse parecer para unidade responsável pela fiscalização ambiental para as verificações e providenciais cabíveis conforme disposto no Art. 5º-A da Resolução Conjunta SEMAD/Feam n.º 3.086/2021.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD / Feam n.º 3.086/2021

ANEXO I

Condicionantes da Licença Ambiental Simplificada - LAS do empreendimento MPC indústria e comércio Ltda. Processo SLA n.º 4015/2021

Item	Descrição da Condicionante	Prazo^[1]
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
02	Apresentar relatório técnico fotográfico que comprove a implantação do sistema de drenagem pluvial e das bacias de contenção de sedimentos	180 (cento e oitenta) dias
03	Apresentar relatório técnico fotográfico das ações realizadas pelo empreendedor referentes a recuperação das áreas mineradas ou degradadas concomitantemente com a lavra, e aquelas relacionadas a manutenção ou melhorias das medidas de controle ambiental propostas do Relatório Ambiental Simplificado - RAS	Bianualmente

[1] Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram -CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Fundação Estadual do Meio Ambiente****Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD / Feam n.º 3.086/2021****ANEXO II****Licença Ambiental Simplificada - LAS do empreendimento MPC indústria e comércio Ltda.****Processo SLA n.º 4015/2021****1. Qualidade da água**

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
Córrego do Retiro ou da Cruz em ponto localizado a montante e imediatamente a jusante do empreendimento imediata	sólidos sedimentáveis, pH, DQO, DBO5, sólidos suspensão e óleos e graxas	Amostragens semestrais e apresentação de relatórios anuais

2. Resíduos sólidos e rejeitos**2.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam n.º 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2.2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD / Feam n.º 3.086/2021

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.3. Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.